

# DESAFIOS PEDAGÓGICOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): RELATOS DE MÃES E PROFESSORAS SOBRE O ENSINO REMOTO

Joriele Nayara Dantas Silva<sup>1</sup>  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN  
Joseneuma Leite Silvério<sup>2</sup>  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN  
Antônia Maíra Emelly Cabral da Silva Vieira<sup>3</sup>  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN  
Eixo Temático 4: Atendimento Educacional Especializado.

## Resumo

As práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar demandam sistematização, profissionais qualificados, recursos adaptados e uma organização curricular que atenda às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Com base nisso, a pesquisa em tela tem como objetivos refletir sobre desafios nas práticas pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em contexto pandêmico e reconhecer as contribuições dos/as professores/as e família para superação desses desafios. Para tanto, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de um levantamento da literatura na base *SciELO* e *Google Acadêmico* e pesquisa de campo. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário semiestruturado aplicado a professores de salas multifuncionais e mães de alunos do Atendimento Educacional Especializado das cidades de Aracati-CE e Mossoró-RN. Constatamos que a educação inclusiva tem enfrentado grandes desafios desde as primeiras políticas públicas implementadas até os dias atuais, principalmente diante do cenário de pandemia, visto que as aulas estão sendo realizadas de forma remota. Observamos, ainda, as dificuldades encontradas pelos responsáveis pelos alunos que necessitam do AEE, se alarga, em decorrência da falta de preparação e recursos. Também, identificamos como desafio a maneira como os próprios estudantes tem conseguido lidar com este novo modelo de ensino, no qual a falta de interação social foi considerada como um agravante no processo de adaptação do ensino remoto. Ainda, foi possível conhecer as contribuições dadas pelas escolas, com o planejamento de atividades inclusivas, e ainda, as contribuições dadas pelas famílias, que buscam de acordo com suas possibilidades ajudar no processo de ensino aprendizagem dos alunos público-alvo do Atendimento Educacional Especializado.

**Palavras-chave:** Alunos. Necessidades Específicas. Ensino Remoto.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Pedagogia: [jorielenayaradantass@gmail.com](mailto:jorielenayaradantass@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura em Pedagogia: [joseneumals@gmail.com](mailto:joseneumals@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação: [antoniamaira@uern.br](mailto:antoniamaira@uern.br)

## INTRODUÇÃO

As práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar demandam sistematização, profissionais qualificados, recursos adaptados e uma organização curricular que atenda às necessidades específicas dos alunos. Tornando-se muitas vezes desafiador para as instituições de ensino, professores e família. Assim para um melhor desempenho dos profissionais e desenvolvimento das atividades, requer investimento público, formação continuada dos professores, uso de tecnologias assistivas e orientações para as famílias.

Com base nisso, a pesquisa em tela tem como objetivos refletir sobre desafios nas práticas pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em contexto pandêmico e reconhecer as contribuições dos/as professores/as e família para superação desses desafios. Com a investigação, tivemos a oportunidade de conhecer as práticas pedagógicas das professoras do AEE, no ensino remoto, utilizado no contexto pandêmico proveniente do novo coronavírus ocasionada pela COVID 19<sup>4</sup>.

Ademais, foi possível identificar como as famílias com crianças com necessidades específicas estão reagindo e contribuindo para a inclusão e aprendizagem dos alunos.

Foi desenvolvida uma pesquisa de campo, documental, bibliográfica e com aplicação de questionário junto a professoras e mães de crianças com necessidades específicas.

---

<sup>4</sup> Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa (BRASIL, 2020.).

Para as reflexões sobre a inclusão escolar nos respaldamos principalmente nos estudos de Mantoan (2003, p.48) ao afirmar: “Penso que o futuro da escola inclusiva depende de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos.” Assim, reconhecemos o quanto é oportuno buscar superar os desafios da educação inclusiva para que a inclusão escolar aconteça de forma apropriada.

Feita apresentação do trabalho, discorreremos na segunda seção sobre a metodologia da pesquisa, explicitando o percurso metodológico. Na terceira seção, apresentamos a importância da inclusão escolar e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), relacionando às possibilidades de aulas virtuais, em virtude do período de pandemia. Na quarta seção, discorreremos sobre os resultados da pesquisa empírica, na qual analisamos os depoimentos de professoras e mães. Com a pesquisa compreendemos sobre a educação especial e os desafios quanto a uma didática em tempos pandêmicos, também, como ocorrem a educação de qualidade aliada as políticas públicas educacionais e a necessidade de formação continuada dos professores.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, realizada a partir de uma pesquisa de campo, documental e bibliográfica, em plataformas como, *Scielo* e *Google Acadêmico*, além disso nos apoiamos em obras de Mantoan (2003), Sousa et al. (2019), Vygotsky (1991) e Duarte e Scheid (2016). Também consultamos documentos oficiais como: Declaração de Salamanca (1994), Parecer CNE/CP Nº: 11/2020 e Nº: 5/2020 (2020), Brasil (2008), ainda recorreremos a Lei 9394/96, de 23 de dezembro de 1996. Sobre as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p.17).

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos — estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e

visuais — que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos.

Para realização da pesquisa empírica foram coletados dados através da aplicação de um questionário com seis perguntas semiestruturadas, realizado de forma remota, via WhatsApp, em agosto de 2020, com duas profissionais de AEE, sendo uma da rede privada de Aracati-CE e a outra da rede pública de Mossoró-RN. Em seguida aplicamos um questionário com duas mães de alunos com necessidades específicas, que são atendidas pelas redes de ensino supracitadas. Com isso, buscamos responder os objetivos da pesquisa, a saber: Refletir sobre desafios nas práticas pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em contexto pandêmico e reconhecer as contribuições dos/as professores/as e família para superação desses desafios.

### **Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado – AEE**

A educação inclusiva no Brasil vem sendo marcada por grandes desafios desde as primeiras políticas públicas implementadas, até os dias atuais ao buscar atender de forma satisfatória as necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Com o cenário contemporâneo de pandemia esses desafios são agravados.

De acordo com Brasil (2008), até a década de 90 não havia uma política pública pensada para inclusão, e sim, políticas especiais nas quais reforçam o direcionamento para classes e escolas especiais. Em 1990 a educação inclusiva começa a ser posta “em prática” no Brasil, a partir da efetivação da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Com essas iniciativas de caráter mundial, as propostas de políticas públicas de educação inclusiva no país ganham mais visibilidade.

- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma

Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1).

A educação inclusiva vem passando por melhorias ao longo do tempo, por conseguinte, conta com o atendimento educacional especializado (AEE). De acordo com o Art. 2º do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011:

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011).

No que se diz a respeito a este assunto, podem existir algumas inquietações, dentre as quais, destacamos: Afinal, o que é o atendimento educacional especializado? Quem pode ser considerado público-alvo do AEE? Quem são os profissionais que atuam como docentes no AEE?

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2008), a Educação Especial é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. O AEE é um serviço da Educação Especial prestado de forma complementar e/ou suplementar aos estudantes. Considerando suas necessidades específicas, esse atendimento visa contribuir para eliminar as barreiras que dificultam a aprendizagem no processo ensino favorecendo a sua inclusão no ensino regular. A partir das Salas Multifuncionais as escolas disponibilizam recursos e apoio pedagógico aos estudantes com foco no processo de inclusão e democratização do ensino. Considera-se público-alvo do AEE alunos com deficiência de natureza física, intelectual, mental ou sensorial (surdez, cegueira e baixa visão); alunos com transtornos globais do desenvolvimento; autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses), transtornos invasivos sem outra especificação e alunos com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

O mesmo documento, determina que para atuar no AEE é necessário que o professor tenha formação inicial que o habilita exercer a docência e, ainda, formação específica na Educação Especial. É função do Professor do AEE fazer uma avaliação inicial do aluno, elaborar e aplicar o plano individualizado, organizar o tipo e o número de atendimento para os alunos com necessidades específicas, avaliar a funcionalidade e aplicabilidades dos recursos pedagógicos, bem como sua acessibilidade; estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais; orientar o uso da Tecnologia Assistiva, promover a articulação com professores e famílias orientando o uso dos recursos de acessibilidade e adaptações de atividades para o aluno promover atividades envolvendo a família e setores da saúde e assistência social, entre outros (BRASIL, 2008).

Percebemos que a exigência da formação inicial e continuada, anteriormente citada, ocorre devido a tantas atribuições importantes que professor de AEE tem que assumir, principalmente no contexto atual, no qual o atendimento está limitado, pois está acontecendo de maneira remota, através do uso de tecnologias digitais ou atividades impressas disponibilizadas pelas escolas. Assim, as dificuldades na execução das atividades por professores, responsáveis e alunos ficam ainda mais acentuadas.

Em documento do Ministério da Educação (MEC), onde o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou no dia 28 de abril de 2020 as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus, no que diz a respeito à Educação Especial, destacamos a autonomia para organização do Atendimento Educacional Especializado com qualidade:

Considerando que os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios têm liberdade de organização e poder regulatório próprio, devem buscar e assegurar medidas locais que garantam a oferta de serviços, recursos e estratégias para que o atendimento dos estudantes da educação especial ocorra com padrão de qualidade.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido no período de emergência, mobilizado e orientado por

professores regentes e especializados, em articulação com as famílias para a organização das atividades pedagógicas não presenciais a serem realizadas. Os professores do AEE atuarão com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários (BRASIL, 2020, p. 15).

### **Análise das entrevistas realizadas com as professoras e com as mães de alunos em Atendimento Educacional Especializado**

Para levantamento dos dados ora apresentados, aplicamos um questionário semiestruturado com 2 (duas) professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que serão denominadas Professora 1 e Professora 2 e, 2 (duas) mães, identificadas nessa pesquisa como Mãe 1 e Mãe 2. Os questionários foram aplicados no mês de agosto de 2020.

A primeira parte do questionário trata de questões que nos permitiram fazer um breve levantamento do perfil das entrevistadas. A segunda parte, corresponde a seis perguntas abertas, que objetiva apresentar as práticas pedagógicas realizadas e os desafios vivenciados pelas professoras e pelas famílias em tempos de pandemia. Apontaremos os resultados da pesquisa por meio dos relatos pontuais.

A Professora 1, tem formação em pedagogia e pós-graduação em Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas em AEE, ainda tem cursos de aperfeiçoamento na mesma área. A Professora 2, tem formação inicial em História, Serviço Social, Especialização em AEE, Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, Mestrado em Educação, e atualmente é graduanda em Pedagogia. Ambas atuam como Professora de AEE na Rede Pública, sendo a Professora 1 em Aracati-CE e a Professora 2 em Mossoró-RN.

A partir dos dados coletados, observamos que as docentes possuem formação adequada para atuar no AEE e que realizaram formações continuadas na área

da Educação Especial. Com isso, inferimos que buscam redimensionar a prática e se reinventam para atender, com qualidade, as demandas dos alunos.

As duas professoras alertam para a necessidade de criar e estabelecer processos lúdicos, enfrentando os desafios propostos com criatividade.

Quando questionadas sobre como cada uma tem feito para atender as necessidades específicas de seus alunos, respondem trazendo os dispositivos tecnológicos como aliados neste tempo em que o contato entre professor e aluno precisa ser virtual.

Reinventar sempre é necessário na educação. Aprendi a editar vídeos e contar histórias das formas mais atrativas possíveis, sempre aparecendo nos vídeos para continuarmos com nossos vínculos. Os atendimentos variam de vídeos de histórias seguidos de atividades divididas em grupo por áreas na qual os alunos precisam ser estimulados (Professora 1).

Como forma de acesso à educação no ensino remoto aos estudantes, público-alvo da Educação Especial, o AEE precisou redimensionar para uma prática em rede colaborativa. A mediação está sendo realizada pelas famílias no ambiente doméstico com a orientação do professor do AEE. Os atendimentos têm acontecido através de um grupo de whatsapp no qual as famílias fazem parte e os alunos interagem com seus colegas, professores e demais familiares através atividades que envolvam brincadeiras exploratórias, jogos, desenhos, fotos, áudios e vídeos. Tenho a convicção de que o ambiente escolar, com todas as suas especificidades, é insubstituível na promoção do desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Porém no contexto de pandemia, o professor do AEE precisou aprofundar conhecimentos nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), bem como de acessibilidade, de forma a ressignificar sua prática. Isto posto tenho procurado me reinventar através de capacitações online no que se refere as tecnologias educacionais, lives nas diversas áreas do público-alvo da Educação Especial, pesquisas de atividades interativas e tecnológicas que auxiliem principalmente na manutenção do vínculo com meus alunos, nesse momento que exige o distanciamento social. Dessa forma, fica evidenciado que a inclusão não acontece isoladamente, de forma colaborativa estamos fazendo o nosso melhor (Professora 2).

Segundo Duarte e Scheid (2016) o uso das tecnologias digitais se torna um convite para o professor aprimorar as habilidades de comunicação e consequentemente, ajuda no processo de aprendizagem dos alunos, uma vez



que se constroem novas experiências através da dinâmica e interatividade que esses ambientes proporcionam. Nesses espaços podem acontecer participação ativa, interatividade e, ainda, atribuição de significado as aprendizagens.

o reconhecimento da tecnologia digital como processo dinâmico é contemplada na fala de uma das docentes quando questionada sobre como seus alunos reagiram ao novo formato de aula em que foram inseridos: “No início da pandemia teve uma adaptação difícil das famílias, horários e realização. Com o passar dos meses as crianças já comentavam dos vídeos das histórias e queriam mostrar a atividade que fizeram.” (Professora 1).

Ela também acredita que, a colaboração da família pode ajudar com a rotina de estudo do aluno, o encorajando a participar das aulas remotas. Em contrapartida, a professora do município de Mossoró, afirma:

Deparamo-nos com algumas barreiras neste percurso e o acesso as tecnologias e internet é a maior delas. A reação dos estudantes que conseguem o acesso ao atendimento remoto é de grande satisfação, no entanto apresentam dificuldades para interagir remotamente inerentes as condições específicas do próprio sujeito. Conseguem realizar as atividades propostas com o auxílio de seus familiares (Professora 2).

O uso de tecnologias digitais é necessário para o ensino remoto, porém, para que sejam bem aproveitadas, requer um preparo, sendo a formação continuada uma aliada nesse processo de preparação. A fala da participante colabora com o que Sousa (et al., 2019) afirma ao destacar que os conhecimentos dos professores são aprendidos durante a formação inicial, porém serão aperfeiçoados e reconstruídos na vivência em sala de aula, a partir dos conhecimentos curriculares, da experiência, da formação continuada e de seu próprio desenvolvimento profissional. O Artigo 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das disposições transitórias, parágrafo III e Artigo 67 que trata dos profissionais da educação, definem que;

Cada município e supletivamente, o Estado e a União, deverá: realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando, também para isso, os recursos da educação a distância (BRASIL, 1996).

Ao questionarmos se as professoras receberam orientações para a realização do trabalho remoto, destacaram que:

No início foi muito novo para todos. Nas formações com a coordenação do AEE do município tivemos orientações, propostas e troca de experiências com as colegas o que me ajudou atingir 70% dos alunos realizando as atividades, sempre em parceria com as famílias (Professora 1).

Foi ofertado a princípio um curso pela 12 DIREC no que se refere as tecnologias educacionais no qual eu me inscrevi e já está sendo concluído. Posteriormente foram ofertados outros cursos para complementar a formação e muitas lives nos mais variados temas, porém nem sempre é possível acompanhar, devido as muitas tarefas demandadas neste momento de reinvenção do cotidiano. Asseguro que cada reinvenção é um parágrafo na minha história de vida, não importa se obtive sucesso ou fracasso, o que importa realmente é que ousei, tentei, fiz, vivi, aprendi. Ainda há muito para reinventar e para aprender (Professora 2).

Apesar de o professor exercer o papel de mediador das práticas pedagógicas, a família também contribui para os avanços nesse processo. De acordo com a Professora 1, “a família pode contribuir de forma significativa neste processo de ensino à distância, principalmente, quando procuram manter a rotina das crianças e acreditam na evolução dos atendimentos” (Professora 1).

Apesar desta resposta, quando foi questionada sobre qual é o seu maior desafio no AEE em tempos de pandemia, responde que: “O maior desafio é mostrar a família que os filhos têm capacidades e que em parceria com a escola, podemos contribuir com a evolução deles, realizando as atividades propostas” (Professora 1). Com base no exposto compreendemos que a falta de confiança na capacidade do aluno, por parte dos pais e/ou responsáveis, por não acreditar na realização das atividades, dificulta na mediação das aulas. Através dos aspectos mencionados, podemos analisar a importância do acompanhamento realizado pelos pais das crianças.

Foram entrevistadas duas mães de crianças com necessidades educacionais especiais, ambas cursando o terceiro ano do Ensino Fundamental. A primeira; Mãe 1, tem filha matriculada em uma escola particular na cidade de Aracati-CE e a segunda; Mãe 2, o filho estuda em uma escola pública na cidade de Mossoró-RN.

Analisando as respostas das mães, constatamos que para a Mãe 1, a maior dificuldade encontrada durante a atual pandemia, foi criar uma rotina de estudos e lazer de forma equilibrada. Para a Mãe 2, foi que as aulas remotas mais parecem 'para casa'. Observamos ainda nos seus relatos que para as participantes da pesquisa a falta de interação com os colegas pode ter provocado ansiedade e desinteresse de seus filhos pelas atividades propostas pela escola.

As duas mães também se mostraram engajadas neste processo de ensino e aprendizagem, cada uma usando das ferramentas tecnológicas que tem a sua disposição. A Mãe 1 buscou ajuda extraescolar com professoras que atendessem em domicílio, procura realizar em conjunto com a escola as atividades. A Mãe 2, além de acompanhar as atividades escolares, está buscando na música, uma forma lúdica para tornar as atividades propostas pela escola mais atraentes para seu filho.

Outro ponto que foi observado entre os relatos das duas mães, foi no que diz respeito à maneira como elas veem que os filhos têm enfrentado este distanciamento social. Enquanto a Mãe 1 informa que a filha mostrou dificuldade de adaptação somente nos primeiros momentos, a Mãe 2, disse que seu filho ainda vem apresentando dificuldade. Para as duas mães as crianças perderam muito quanto à falta de interação social, o que está ligada de forma significativa ao desenvolvimento e aprendizagem já que, de acordo com Vygotsky.

O momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem as formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem (VYGOTSKY, 1991, p.20).

Quanto à ajuda extraescolar, já citada anteriormente, a primeira criança recebe aulas particulares de uma professora contratada pelos pais, além disso, conforme a fala da Mãe 1:

A equipe pedagógica da instituição de ensino entrou em contato para saber como estávamos neste momento e ao ser relatado as dificuldades passaram a adaptar todas as atividades de acordo com as necessidades especiais da minha filha (Mãe 1).

Para a Mãe 2, existe uma “falha” especialmente quanto à adaptação de atividades, “falha” essa que não surgiu somente durante a pandemia, ela diz:

Percebo essa falha, mesmo em sala, as atividades já não são adaptadas às necessidades e habilidades dele, com essa pandemia tem sido pior, mesmo aos poucos, estamos fazendo o possível para que na mente dele permaneça a ideia de que aprender, conhecer e permanecer na escola não é apenas sua obrigação, mas direito (Mãe 2).

De acordo com o depoimento da Mãe 2, ainda há um sentimento de dupla responsabilidade, pois conforme o relato, fica evidente que é através do seu esforço em casa que; “mesmo leiga e despreparada consigo fazer com que meu filho realize algumas atividades em casa desenvolvida mim mesma” (Mãe 2), além disso, afirma que não têm recebido ajuda escolar para um melhor desenvolvimento integral de seu filho.

Para a Mãe 2, a escola deixa a desejar desde as aulas presenciais, uma vez que não adaptava as atividades as necessidades e habilidades do filho. A participante acrescenta que conversa com o filho para mostrar que ele está na escola porque é um direito dele.

## **Conclusão**

Percebemos que a formação continuada de professores é de suma relevância para enfrentar essa nova realidade de ensino remoto e atender com qualidade o público-alvo do AEE.

Quanto às perspectivas das professoras, constatamos que estão se reinventando ao utilizar novas metodologias, atividades criativas, lúdicas adaptadas e midiáticas. Procurando valorizar os alunos e não perder os vínculos já estabelecidos, bem como, permitir uma aprendizagem satisfatória de acordo com as potencialidades de cada um. Por outro lado, é perceptível que não tem sido fácil a adaptação dos alunos com essa metodologia de ensino e distanciamento social em decorrência da falta de interação presencial.

As duas mães e/ou responsável sentiram dificuldades para ajudar na realização das atividades dos seus filhos. Porém, a que tem filho matriculado na rede particular buscou, por conta própria, aulas suplementares, enquanto a da rede pública enfrentou o desafio de ajudar ao seu filho no acompanhamento pedagógico e ainda salientou que não estava satisfeita com as tarefas propostas pela escola, antes e depois da pandemia, devido à falta de adaptação da atividade e do conteúdo.

Portanto, as aulas remotas estão sendo efetivas, a tecnologia digital é favorável ao processo de ensino e aprendizagem, mas, para alguns ela não chega a ser facilitadora e efetiva, muitas vezes, pela falta de conhecimento e condições financeiras das famílias.

Constatamos ainda que este trabalho permitiu refletir e compreender como ocorre o AEE e o papel dos professores nas aulas remotas, na escola pública e particular. O estudo contribui para formação de futuros docentes e amplia discussões para um possível estudo comparativo, que mostre as consequências e resultados do AEE pós -pandemia. Com base neste estudo, profissionais da área de gestão também podem fazer levantamentos sobre este

atendimento nas escolas e como a coordenação pedagógica pode contribuir para que haja uma educação inclusiva satisfatória.

### Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Regulamentado pelo decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença Coronavirus (covid-19)**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em 10 de set. de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. PARECER CNE/CP Nº: 5/2020 de 28 de abr. de 2020 Relatores: Eduardo Deschamps e Maria Helena Guimarães de Castro.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia**. Parecer CNE/CP Nº: 11/2020, de 7 de jul. de 2020. Relatora: Maria Helena Guimarães de Castro.

BRASIL. Lei 9394/96, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1996.

UNDIME BRASIL. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia. Brasil, 20 de abr. de 2020**. Disponível em: <<https://undime.org/noticia/29-04-2020-11-50-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 25 de ago. de 2020.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha. DUARTE, M. S.; SCHEID, N. M. J. **A contribuição dos recursos das TDICs nos processos de aprender e de ensinar**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2016.

DUARTE, M. S.; SCHEID, N. M. J. **A contribuição dos recursos das TDICs nos processos de aprender e de ensinar**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2016.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** 1. ed. São Paulo. Moderna, 2013 — (Coleção cotidiano escolar).

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 28 de ago. de 2020.

SOUSA, M. C., Teixeira, C. B., CARVALHO, C. V. M., Silva L.A.S., Santos, M. P. S., Santos, D. S., Farias, J. M. S., **Formação e prática pedagógica: reflexões sobre os saberes necessários ao exercício da docência**. Brazilian Journal of Development, 5(2), 1302-1314, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente** (4 ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1991.